

# REFORMA AGRÁRIA

LEI 4.947 DE 06-04-1966

## INSTITUTO BRASILEIRO DE REFORMA AGRÁRIA — SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO - FIXA NORMAS DE DIREITO AGRÁRIO

### EMENTA

LEI Nº 4.947, DE 06 DE ABRIL DE 1966 Fixa Normas de Direito Agrário, Dispõe sobre o Sistema de Organização e Funcionamento do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, e dá outras Providências. O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I - Disposições Preliminares** Art. 1º - Esta Lei estabelece normas de Direito Agrário e de ordenamento, disciplinação, fiscalização e controle dos atos e fatos administrativos relativos ao planejamento e   implantação da Reforma Agrária, na forma do que dispõe a Lei n  4.504, de 30 de novembro de 1964. Parágrafo  nico. Os Atos do Poder Executivo que na forma da Lei n  4.504, de 30 de novembro de 1964, aprovarem os Planos Nacional e Regionais de Reforma Agrária, fixar o as prioridades a serem observadas na sua execução pelos órgãos da administração centralizada e descentralizada.

**CAPÍTULO II - Da Terra e dos Imóveis Rurais** Art. 2º - Compete privativamente ao IBRA, nos termos do art. 147 da Constituição Federal, com a redação que lhe deu a Emenda Constitucional n  10, e dos artigos 16, parágrafo único, e 22 da Lei n  4.504, de 30 de novembro de 1964, selecionar, para fins de Reforma Agrária, os imóveis rurais a serem desapropriados nas áreas prioritárias fixadas em decreto do Poder Executivo. Parágrafo  nico. As desapropriações recairão sobre imóveis rurais selecionados como necessários   integração de projetos e   garantia de continuidade de sua áreas, de acesso ao sistema de transportes e, ainda, de conservação de recursos naturais indispensáveis à sua execução. Art. 3º - Os foreiros, arrendatários, possuidores, ocupantes e quantos se julguem com direito sobre qualquer porção dos imóveis rurais pertencentes à União, que foram ou vierem a ser transferidos para o IBRA, ficam obrigados a apresentar ao referido Instituto os títulos ou qualquer prova, em direito adm itida, em que fundamentam as suas alegações. § 1º - A apresentação desses títulos deverá ocorrer no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data do edital de convocação que será publicado no "Diário Oficial" da União, devendo o IBRA promover a divulgação dessa convocação por meio de resumo estampado em jornal de grande circulação na Capital Federal, nas capitais dos Estados e Territórios, bem como por editais afixados na sede dos Municípios onde estejam situados os imóveis. § 2º - Quando houver d vida quanto aos títulos apresentados, o IBRA os submeter  ao Conselho de Terras da União, que deverá, no prazo de 90 (noventa) dias, decidir de sua legitimidade. § 3º - Não apresentados os títulos ou não reconhecidos como legítimos, observada a norma do parágrafo anterior, o IBRA providenciará no sentido de recuperar a posse do imóvel. Art. 4º - O IBRA promover  a extinção dos aforamentos existentes sempre que as terras respectivas se tornarem necessárias   execução dos planos de colonização e de serviç o, a eles atinentes, aplicando-se, para fins de avaliação do depósito prévio, o disposto no art. 5º, I, a e b, do Decreto-lei n  893, de 26 de novembro de 1938. § 1º - Os foros devidos pelas áreas transferidas ao IBRA, cujo aforamento não for extinto ou até sua extinção, serão arrecadados pelo IBRA e incorporados ao Fundo Nacional de Reforma Agrária. § 2º - Compete ao IBRA, quanto às terras que lhe forem transferidas, declarar em comissão e, conseqüentemente, extintos os aforamentos dos enfiteutas em débito, nos termos da lei, indenizadas as benfeitorias e aplicado, para consolidação do domínio pleno, o rito sumário do art. 685 do Código do Processo Civil. § 3º - Compete, ainda, ao IBRA, quanto às terras que lhe forem transferidas: I - declarar a inadimplência do foreiro, em qualquer caso; II - declarar a nulidade de pleno direito de transmissão "inter vivos" do domínio útil sem pr  vio assentimento do senhorio direto; III - promover, quando for o caso, as medidas judiciais conseqüentes. Art. 5º - Compete ao IBRA tomar as providências administrativas e promover as judiciais concernentes à

discriminação das terras devolutas existentes no Distrito Federal, nos Territórios Federais e na faixa de 150 (cento e cinquenta) quilômetros ao longo das fronteiras do País, respeitado o disposto na Lei n.º 2.597, de 13 de setembro de 1955. § 1º - É o Poder Executivo autorizado a ratificar as alienações e concessões de terras já feitas pelos Estados na Faixa de Fronteiras, se entender que se coadunam com os objetivos do Estatuto da Terra. § 2º - Para os fins previstos no art. 11 da